

**INQUISIÇÃO, INQUISIÇÕES:
Aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira
nos anos 30***

Eva Alterman Blay**

RESUMO: No período da ditadura Getulista o país foi arrastado por um forte processo xenófobo e anti-comunista. Pretendiam os setores no poder garanti-lo sem abrir espaço às novas reivindicações das classes trabalhadoras e média, ampliadas e diferenciadas com a industrialização e urbanização. À 2ª Guerra Mundial e à aproximação de Getúlio, Filinto Muller, Góis Monteiro e dos integralistas com o nazismo, vêm se somar valores anti-semitas presentes no imaginário brasileiro. A Inquisição e a Igreja Católica, em sua contribuição à formação da mentalidade brasileira, criaram condições para que judeus que viviam no Brasil fossem deportados para campos de concentração. Esta pesquisa baseou-se em histórias de vida.

UNITERMOS: Anti-semitismo - Brasil: deportações, histórias de vida.

Judeus no Brasil: A herança colonial

A imigração judaica para o Brasil vem desde os primeiros anos da Descoberta. Estudos recentes que recuperam a fase dos navegadores assim como o período colonial

* Apresentado no Congresso "América Latina e Europa em Diálogo" da Westfälische Wilhelms-Universität; 28/09 a 30/10 de 1987; Münster, República Federal da Alemanha.

** Professora Titular do Departamento de Sociologia – FFLCH-USP.

desvendaram um obscuro aspecto da formação da população brasileira mostrando a presença de judeus e de cristãos novos durante os três primeiros séculos de colonização. No início do século XIX a região amazônica recebeu um fluxo imigratório de judeus sefaraditas, provenientes da África do Norte. Na segunda metade do século XIX, a região de S. Paulo e Rio de Janeiro recebeu judeus franceses descontentes com a guerra franco-prussiana. Mas a presença de judeus no Brasil só é ressaltada a partir dos anos 30, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, quando, por razões políticas e econômicas aliadas à perseguição anti-semita, buscaram o Novo Mundo.

A descoberta no Brasil das marcas deixadas pelos antigos judeus é reveladora de longos períodos de perseguição e discriminação que ficaram registradas nos processos ou autos de habilitação de “genere”, isto é, inquéritos que eram instaurados sempre que um indivíduo desejasse entrar para uma ordem religiosa católica, instituição assistencial, ocupar um cargo público, freqüentar universidade, colégio religioso, ser irmão das casas de Misericórdia ou poder dispor de algum espaço honorífico. Estes inquéritos tinham como objetivo determinar ou provar que os citados indivíduos não eram e não tinham ascendentes judeus, cristãos novos, mulatos, negros ou mouros (Carneiro, 1983, p. 13).

Portanto, ser portador de qualquer uma destas características representava estar excluído do poder ou da participação em mecanismos de ascensão social. Significava ser alvo de perseguição, espoliação de bens econômicos e, freqüentemente, morte.

A primeira visitação do Santo Ofício na Bahia ocorre entre 1541 e 1593 e o Visitador Furtado de Mendonça alerta em um Edito de Fé que a população deveria ter preocupação contra “a maldade dos criptojudeus” (idem, p. 200). Em 1614 deveria existir um número razoável de judeus em São Paulo, pois o ouvidor da vila, Francisco Sotil de Siqueira, ordenou que eles pagassem a importância de 200 mil réis. O procedimento de “fintar” os hebreus com um tributo específico era tradição usual na Espanha e depois em Portugal, trazida para suas colônias. Em 1624 os judeus são impedidos de irem às conquistas ou venderem suas fazendas (idem, p. 201).

Estudos sobre a sociedade brasileira sempre destacam a questão da presença de clérigos nas famílias, a destinação de um filho ou filha à carreira eclesiástica. Nunca, porém, se apontou como o fez Carneiro, que um sacerdote representava a “comprovação da limpeza de sangue”, e com isto, mais do que isenção do pagamento da finta, a aquisição do direito a tornar-se um servidor do governo, ganhar um subsídio e, sobretudo, ser alçado ao segmento da elite cultural próxima aos governantes (idem, p. 217). Ter o “sangue limpo” era condição fundamental para que a família pudesse ascender socialmente e sobretudo estar livre da perseguição.

Durante os séculos XVII e XVIII os processos de limpeza de sangue pressupunham que os cristãos novos, isto é, os conversos ou os descendentes até a quinta geração de judeus, assim como os negros, os mouros, os mulatos e os indígenas pertenciam às “raças infectas”, tinham sangue “sujo”.

Depois de 1773, segundo Carneiro, inicia-se uma segunda fase que vai até as primeiras décadas do século XIX onde se notam alterações na forma de considerar os cristãos novos, embora continuem existindo plenamente os inquérutos de pureza de sangue. Os cristãos novos se fazem passar por cristãos velhos, o que caracteriza um “clima de insegurança” que perdura até o começo do século XIX (idem, p. 226).

Mudanças maiores ocorrem das últimas décadas do século XIX até os anos 30. Nesta fase ainda podem ser encontrados nos arquivos da Curia Metropolitana processos de “habilitação de genere”, porém, não mais preocupados com a “limpeza de sangue” e sem referências às chamadas “raças infectas”. Possivelmente a noção de superioridade racial até então preconizada, sofreu o abalo de novas correntes liberais, do positivismo e do evolucionismo que penetraram no pensamento brasileiro e de um concomitante abalo no prestígio da Igreja Católica.

O novo mundo das idéias vai se instalando no país, sobretudo na burguesia e entre intelectuais; articula-se com processos de ascensão social e expansão capitalista.

Entretanto, a insegurança dos judeus e dos cristãos novos e a ideologia anti-semita difundida nas várias classes sociais durante tantos séculos não desaparecem instantaneamente, ao contrário, perduram, até nossos dias. O folclore está marcado por figuras que assemelham o judeu ao diabo, atribuindo-lhe chifres e rabo. O judeu é apresentado como ligado a práticas sabáticas demoníacas, romances o descrevem como vingativo, lúbrico, avaro. O dicionário de Aurélio, entre os vários sentidos atribuídos ao vocábulo, aponta os seguintes: *Judeu*: (sentido popular) Indivíduo mau, avarento, usuário. *Judaizar*: Emprestar com usura. *Judas*: 1. Amigo falso: traidor, 2. Boneco ou estafermo que é costume queimar no sábado de aleluia, 3. (Bras.) Indivíduo mal trajado. *Judiar*: V. t. 1. Escarnecer, mofar, zombar, 2. Fazer judiaria, fazer sofrer, atormentar, maltratar.

Enfim, herdeiros da cultura e da Inquisição trazida dos países ibéricos (a qual atingiu outros países europeus), os valores brasileiros retiveram uma imagem do judeu que ainda hoje mantém os traços discriminatórios. O próprio sentido do termo “Inquisição” é usado como sinônimo de perseguição violenta, tortura, morte, especialmente de judeus. A origem vinculada a uma prática da Igreja Católica se diluiu no tempo, mas o sentido persecutório anti-semita perdurou. É com este conjunto de significados que o termo é retomado no título deste trabalho, simbolizando a revivência de mecanismos de perseguição na etapa contemporânea da história brasileira.

Os anos 20 e 30 e a Nova “Inquisição”

Nos anos 20 e 30, crescentes levas de imigrantes europeus buscaram o Brasil e a América Latina em geral. Entre eles, os judeus que aportaram ao Brasil vieram empur-

rados pela necessidade econômica, em busca de trabalho, fugindo da perseguição anti-semita, procurando espaços de liberdade política e religiosa.

Os anos 20 e sobretudo 30 são, na transformação sócio-econômica e política brasileira, um período de profunda mudança estrutural. A expansão do capitalismo industrial e das camadas médias urbanas em busca de ascensão na hierarquia social forçam rupturas na ordem vigente. A alta burguesia econômica e as forças militares resistem às pressões, dispostas a garantir seus privilégios. O operariado, os setores inferiores das forças armadas, a pequena classe média amplamente diferenciada, todos estes segmentos buscam formas de organização que abram novos espaços na estrutura de poder. Várias correntes ideológicas se expandem e dentre elas a marxista, neste momento aglutinada no Partido Comunista. Boa parte dos militantes comunistas é constituída de imigrantes, alguns dos quais são judeus.

Nesta etapa de transformação sócio-econômica, as novas relações de trabalho conduzem a um movimento operário pela sindicalização e organização partidária. Os conflitos se sucedem. Os eventuais avanços dos direitos dos trabalhadores encontram fortes resistências por partes dos setores dominantes. Os imigrantes europeus tinham trazido uma experiência sindical antiga e uma vivência partidária que já atingira patamares mais organizados, enquanto no Brasil restava tudo por conquistar. Os estrangeiros são vistos com muita desconfiança sobretudo quando lideram movimentos sociais. A política se estrutura com poderes proporcionalmente mais fortes conforme os movimentos sociais vão se organizando. A pena dos brasileiros "infratores" da ordem econômica instituída era a prisão ou a demissão do trabalho sobretudo quando público; aos estrangeiros, após a prisão e a tortura, a penalidade podia ser deportação.

O Brasil dos anos 30 tem a marca do autoritarismo capitalista. Diniz (1987) considera que os pensadores destes anos se dividiram em duas vertentes, os nacionalistas e os integralistas. Os primeiros pensam o avanço do capitalismo através da "modernização institucional" cabendo ao Estado um papel intervencionista a fim de planejar setores econômicos e políticas sociais. Já os integralistas apregoavam a manutenção do regime pré-trinta e a "preservação da vocação agrária do país" opondo-se à mudança. A desigualdade social não era, para nenhuma das vertentes, uma questão prioritária.

Estas duas visões se contrapõem às demandas dos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores imigrantes, que já vinham com alguma prática do movimento sindical e com experiência na política partidária.

Os conflitos se acentuam, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, as posições se radicalizam.

Instaura-se um clima profundamente anti-comunista e xenófobo. Quaisquer manifestações que visassem articular outras forças que não as detentoras do poder como os movimentos sindicais, estudantis, de moradores e quaisquer outros, eram reprimidas.

Os jornais da época noticiam durante toda a década a prisão de "extremistas", de "estrangeiros extremistas", gera-se uma polêmica no parlamento entre os que queriam

evitar deportações e pregavam a punição no Brasil destes estrangeiros envolvidos em movimentos extremistas e os que desejavam sua extradição (A NOITE, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, p. 2).

Vargas, Integralismo e Anti-Semitismo

A década de 20 foi marcada por crises, sendo o movimento tenentista uma das mais profundas. As oligarquias regionais se cindiram por uma disputa entre gerações onde os jovens procuram o próprio espaço e se associam aos tenentes rebeldes; a classe média urbana requer um lugar na sociedade. Vargas exprime de algum modo estas reivindicações (Fausto, 1978, p. 422-423).

A estes fatores estritamente internos, a crise econômica de 29 vem se somar, levando a que, em 30, o movimento revolucionário marcasse uma ruptura entre os setores dominantes, perdendo a burguesia cafeeira sua posição hegemônica. Cai Washington Luiz, sobe Vargas e com ele um conjunto “heterogêneo” (idem, p. 425). De fato a classe dirigente paulista composta principalmente pelos cafeicultores sai enfraquecida. Por outro lado, são vitoriosos setores regionais da oligarquia aos quais se somam “quadros civis mais jovens” provenientes destas mesmas oligarquias e que se associam a setores do tenentismo, mais segmentos da classe média. Politicamente defendiam a centralização do poder e algumas reformas sociais de cunho liberal. O operariado teve no movimento político uma atuação considerada “limitada”. Prestes rompeu em maio de 30 com os tenentes e o Partido Comunista lançou seu próprio candidato.

O golpe de Getúlio em 30 e a ordem que se instaura constituem “um profundo corte no processo histórico brasileiro” (idem, p. 426).

Nos anos seguintes fortalece-se o movimento operário. A ele se aliam intelectuais e políticos na tentativa de instaurar um novo quadro de forças. A constituição de 34 reflete bem um certo clima democrático e de luta por uma nova cidadania e concomitantemente fortalece-se a oposição a tais conquistas através de uma sistemática reação de Vargas e do grupo que com ele compartilhava o poder.

Entre 30 e 37 a trajetória de Vargas passa por várias alianças destinadas a reforçá-lo. Ascendendo com o golpe de 30, que depôs o presidente eleito, Getúlio inicia uma estratégia de manutenção do poder criando mecanismos institucionais e de exaltação da própria imagem. Supostamente ele estaria sendo ameaçado pelas forças paulistas – revolução constitucionalista de 32 – e pelo poder comunista, cuja expressão máxima foi a “Intentona” de 35. Neste sentido alia-se sobretudo a militares e civis integralistas. Gois Monteiro, Ministro da Guerra em 34, já se destacara na luta contra o tenentismo, mas

ascende após a Revolução de 30. Preconizava um papel para o exército: não deveria haver política *no* exército, mas sim uma política *do* exército. Afirmava que as forças armadas deveriam ser o centro de reorganização nacional. Aliando-se a Dutra, pregava a instauração do “Brasil potência”, em que as forças armadas se somariam ao capitalismo e à empresa privada. No livro “A Revolução de Trinta e a finalidade política do Exército” pregava um regime forte:

“Não se podendo estabelecer uma forma de Estado Totalitário, é necessário reunir forças para tender para um tipo nacional socialista, condizente com as características geográficas, históricas, psicológicas do Brasil e seu povo. Somente assim podemos ter a certeza de resistirmos à intoxicação provocada pelo vírus das estepes e do *semitismo* internacionalistas”. (Tronca, 1976, p. 101, grifo nosso).

Em nome da brasilidade supostamente ameaçada engrossa-se uma forte corrente anti-semita liderada pelos integralistas através de publicações (livros, artigos, pronunciamentos na imprensa, jornais próprios, etc.), nas quais afirma a existência de um complot capitalista judaico-internacional ou uma suposta aliança judaico-comunista de dominação do Brasil. Ressurgem os seres dotados de “chifres e rabos” para dominar o país.

Em 1934 o país passava por profunda transformação. Com a aprovação da Constituição Nacional e da constituição dos estados, o país caminha para um novo patamar nas relações com o operariado e a classe média. Contra estes dois segmentos forma-se uma aliança entre setores do tenentismo e as oligarquias dispostas a reduzir as conquistas definidas na Carta de 34. A movimentação da sociedade em torno de reivindicações sociais é entendida pelas camadas dominantes como instabilidade social e conduz a um processo de elaboração de uma Lei de Segurança Nacional (LSN).

Na verdade a rebelião já se instaurara no exército onde havia freqüentes levantes. Em 1931 houve 20 levantes, mas ao governo não interessava denunciar tais rupturas: ao contrário procurava mostrar que as tropas estavam aliadas ao governo e que havia “conflitos civis” (Carone, 1982, p. 331). O operariado sobretudo era o foco visado por suas reivindicações salariais ou por melhores condições de trabalho. Contra toda esta movimentação, em 4 de abril de 1935 é promulgada a LSN em cujos capítulos se classificam crimes contra a “ordem política”, a “ordem social”, a “imprensa”, os “funcionários civis e militares” e “expulsão de estrangeiros” (idem, p. 333).

A LSN é aprovada, mas “não se dirige contra a Ação Integralista Brasileira e sim contra o movimento operário que já se mostra organizado através do Partido Comunista Brasileiro, dos movimentos trotskista, anarquista e outras tendências” (idem, p. 334). No decorrer das discussões sobre esta lei no Parlamento fica evidenciado que ela é suficientemente imprecisa para enquadrar *quaisquer* manifestações, especialmente aquelas que diziam respeito a reivindicações econômicas ou políticas da classe trabalhadora.

Em abril de 35, há uma tentativa de golpe contra Getúlio em reação à LSN e porque não são reajustados os salários do exército. Abundam os pronunciamentos anti-

comunistas na Câmara, amedronta-se a burguesia e a pequena burguesia (idem, p. 337). Ascende a figura do Chefe de Polícia, Filinto Muller que, além de fechar a Aliança Nacional Libertadora (ANL), prende e tortura.

Os membros da ANL não podendo voltar à legalidade planejam um golpe liderado pelos comunistas que dominam a organização. Embora tenha falhado (em Natal, Recife e Rio de Janeiro) a repressão se torna violentíssima.

É decretado Estado de Sítio, as prisões podem ser feitas de modo indiscriminado, servindo a interesses das oligarquias “o que leva a prender indiscriminadamente comunistas, socialistas, liberais e outros. Os sindicatos são varejados, os operários são presos e somem, o número de mortos aumenta, tudo é feito brutalmente, sob orientação de Filinto Muller, e com o consentimento de Getúlio Vargas, do Exército, das bancadas de S. Paulo, etc.” (idem, p. 343).

O Estado de Sítio passa de 30 para 90 dias, e se equipara ao Estado de Guerra. Em nome da luta contra o comunismo os poderes de Vargas vão aumentando cada vez mais. Ao lado disto aumentam as prisões arbitrárias, expulsam-se elementos do exército ou do serviço público, tortura-se e deporta-se.

Filinto Muller, apoiado por Vargas, se torna o executor das mais arbitrárias penalidades.

Entre 1935 e 1936 a repressão e a deportação atingiram inúmeros imigrantes, sendo fatal para muitos deles, especialmente os judeus que foram mandados para o fascismo ou nazismo europeus.

Na prática se instaurou uma política de perseguição e prisão de todos os declaradamente comunistas ou daqueles que, supunha-se, estavam ligados à “ideologia vermelha”. A imprensa relata inúmeros casos como a tentativa fracassada de cancelar a naturalização de cidadão português, para que o mesmo pudesse ser expulso do território nacional por desempenhar “atividades comunistas” entre operários da Light (A NOITE, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1936, p. 2). Ou o dos portugueses Antonio Fernandes Marques, José Rodrigues Grofilho, Manoel Garrido, o inglês João Henrique Thorton, o espanhol Ignacio Martinez Balaque e o “rumeno Wolf”, além do italiano Arnaldo Mazanello Pettinati, todos expulsos do território nacional por decreto da Justiça, “por se terem constituído elementos nocivos aos interesses do país e perigosos à ordem pública” (A NOITE, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, p. 6).

O departamento de Ordem Política e Social persegue os acusados e suspeitos de ideologia comunista de forma aberta.

No dia 17 de junho de 36, noticia-se os pedidos de expulsão de três mulheres: Machla Berger, Olga Benario Prestes e Olga Guioldi, os quais foram encaminhados ao Ministro da Justiça Vicente Rao, para posterior sanção do presidente Getúlio Vargas. (Machla Berger ou Auguste Elise Ewert fora presa em 27 de novembro de 1935). Ela e Olga eram reconhecidamente judias.

É difícil reconhecer a origem judaica de alguns detidos, por exemplo Maira Beyruth Varneith, de 20 anos, “lituana”, presa em Santos junto com 6 companheiros. Os estrangeiros corriam o risco de expulsão do país (A NOITE, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, p. 2).

A perseguição aos grupos comunistas ou supostos comunistas estende-se pelo Brasil, avultam demissões em vários setores como a marinha, correios e demais serviços públicos.

Totalitarismo e Mecanismos de Formação da Opinião Pública

A implantação de uma polícia forte, a instalação do Estado de Sítio e de Guerra, a vigência da Lei de Segurança Nacional, a censura aos meios de comunicação, a perda de direitos civis, as prisões arbitrárias, a tortura, a deportação e a morte, contaram com sistemáticos meios que por um lado incrementaram o medo contra supostos inimigos e por outro difundiam a imagem de um líder salvador da pátria. À distância é possível recompor a estratégia usada para impor a figura de Getúlio Vargas e mistificar os inimigos.

Em 1931 foi criado o DCP – Departamento Oficial de Propaganda, que produzia um programa de rádio, diário, retransmitido para o Brasil todo. Fornecia também notícias de caráter oficial obrigatórias na programação das rádios. Em 34 o DOP se transforma no Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DNP) que além do rádio produz também noticiários para cinema, artigos para imprensa, folhetos, livros escolares, textos com fotos sobre datas cívicas. A fotografia de Getúlio aparece em todos os eventos e é fartamente distribuída pelo DNP (90 mil fotos entre 37 e 39).

Entre 1932 e 37 foram criadas 42 novas estações de rádio, ou seja, este mecanismo que era concessão do Estado, ampliou-se, no período getulista, em 73% (Nasser, 1981). O sistema de retransmissão não se apoiava apenas em rádios particulares. Ele se fazia também através de alto-falantes colocados em praça pública e diariamente se retransmitiam as notícias oficiais em horário estratégico: 19-20 horas, quando todos já tinham voltado do trabalho e muitos se dirigiam às praças das cidades para passear.

Não é objeto deste trabalho a análise mais detalhada destes mecanismos mas cabe destacar, no que diz respeito ao tema aqui tratado, que todo este aparato funcionou na preparação do definitivo golpe de 37 que teve no Plano Cohen um documento considerado o “arremate do clima anti-comunista” (Carone, 1982). Este documento “revelava” um plano para destruir a sociedade capitalista e seus valores básicos como a família, a moral, o Exército e a Igreja (idem, p. 369). Sua autoria é atribuída ao Capitão Olímpio Mourão Filho, integralista e nele se demonstrava como seria o “golpe marxista”. Rememorava-se o levante de 35 e se descrevia como seria o novo levante. Este plano foi retransmitido pelo país em capítulos diários no horário oficial.

O Plano Cohen circulou no interior do exército durante o mês de setembro de 1937. Em fins daquele mês, ele foi “apreendido” como prova de subversão pelo Estado

Maior que então convocou os generais. No Ministério da Guerra decidiu-se que, em nome da “repressão ao comunismo” (idem, p. 370), seria necessário um novo ato de força.

O documento é apresentado ao Congresso e com ele se justifica a reinstauração do “Estado de Guerra”. Em 2 de outubro de 1937 o país retorna ao estado de exceção.

Mas por que um Plano Cohen?

Anatol Rosenfeld compara o Plano Cohen aos Protocolos dos Sábios de Sião – documento apócrifo, de vasta circulação desde o começo deste século – que retrata um suposto complô judaico internacional de dominação do mundo. Para Rosenfeld o plano terrorista de Cohen, o nome judaico do suposto autor, é de autoria dos integralistas, conhecidos editores dos Protocolos no Brasil e “aparelhados para fazer o plágio atribuindo-o depois a um judeu tão misterioso como os Sábios de Sião” (Rosenfeld, 1982, p. 22). Igualmente Brandi diz sobre o Plano Cohen: “o documento cujos acenos anti-semitas eram indisfarçáveis foi apresentado a Vargas e Dutra pelo General Gois Monteiro como pretexto ideal para aceleração do golpe” (Brandi, 1983 p. 118).

A emergência do totalitarismo se fez através de várias formas de perseguição e elaborando inimigos que de alguma maneira tinham a ver com velhas desconfianças. Foram vários, dentre eles, os comunistas, os judeus, os estrangeiros em geral. No caso particular dos judeus, a tarefa encontrava antecedentes seculares implantados, através da religião, pelos braços da Inquisição.

Nos anos entre 35 e 37 a perseguição, tortura, deportação e morte marcam vítimas de várias nacionalidades e entre eles muitos judeus. No caso destes, se o destino fosse a deportação, esta se fazia para países fascistas e nazistas, condição que significava pena de morte.

A seguir faremos um relato de casos que encontramos em nossa pesquisa “Os Judeus na Memória da Cidade de S. Paulo” e que revelaram um aspecto da perseguição sofrida pelos judeus naqueles anos.

A Pesquisa

“Os Judeus na Memória da Cidade de S. Paulo” é pesquisa iniciada nos fins de 1980 e baseada em dados coletados através de histórias de vida, depoimentos orais, fontes escritas (imprensa especializada, documentos de instituições, documentos pessoais, discursos, biografias, etc.) e fotografias.

Foram coletadas 65 histórias de vida sistematicamente e mais 35 relatos parciais sobre episódios ou sobre a própria vida de pessoas.

Através de critérios sociológicos procurou-se incluir na pesquisa o amplo espectro da população considerada judaica. Sexo, condição sócio-econômica, origem nacional, definição religiosa, posição política foram fatores adotados para a escolha dos entrevistados. Deste modo obtivemos histórias de vida de homens e mulheres, entre 60 e 94 anos, que se consideravam judeus ou não, religiosos ou não (em todos os matizes), que tinham as mais variadas posições político-ideológicas, de todas as classes sócio-econômicas, com as mais variadas formas de participação seja na comunidade judaica seja na sociedade brasileira e de diferentes níveis educacionais.

Neste artigo vamos focalizar, dentre o conjunto de dados das várias histórias, os aspectos que permitem recompor como foi vivida especialmente a experiência da deportação do próprio depoente ou de algum de seus parentes.

De um conjunto de 65 histórias de vida surgiram, em nossa pesquisa, 3 histórias de deportação: Jenny Gleizer, seu pai, Motel Gleizer, e o de Velvel Gutnik. Há ainda informações sobre Olga Benario Prestes, Machla Berger, Harry Berger e mais sete homens *deportados* junto com Velvel Gutnik, mencionados por sua mulher, e cujos nomes ainda não encontramos dada a impossibilidade de pesquisa mais sistemática. Há ainda referência a um deportado, Waldemar, feita por Jenny Gleizer. Os jornais da época, ao noticiarem prisões, por vezes acrescentam o apodo judeu ou indicam algo como “Wolf, o rumeno”, sem colocar o sobrenome, ou ainda não indicam a nacionalidade, embora para os demais nomes arrolados, haja nome e sobrenome além da nacionalidade. Nestes casos dever-se-ia aprofundar a investigação para ver se se trata de judeus.

Jenny Gleizer e Motel Gleizer – Dois Judeus Deportados na Década de 30

Um dos casos momentosos que ocupou a opinião pública de 1935 foi a deportação de Jenny Gleizer. Pouco depois caiu no esquecimento. No início de nossa pesquisa, algumas das pessoas consultadas fizeram referência a certa “mulher deportada”, ora recordavam o primeiro nome ou apenas o sobrenome. Uma constante indagação sobre esta (até então) personagem fez com que em dado momento entrevistássemos sua antiga amiga, que relatou viver no Brasil a irmã mais jovem desta deportada. Procurada, ela nos informou o endereço de Jenny Gleizer em outro país. Mais tarde procurada por mim por telefone, Jenny tomou-me por amiga de sua irmã e tratou-me com muita delicadeza até o momento em que lhe pedi um encontro para conversarmos. Ela então solicitou-me que lhe telefonasse no dia seguinte. Nesta segunda vez atendeu-me reticente, desconfiada. Fez-me perguntas sobre como eu descobrira seu endereço, seu nome atual, e a muito custo marcou um encontro comigo.

O local por ela escolhido não foi, como eu imaginara, um café, um restaurante, ou sua própria casa: mas o saguão do Banco do Brasil! Que marca profunda e quanto simbolismo senti nesta escolha, que enfim era um pedaço do Brasil lá fora.

Depois de nos encontrarmos e nos reconhecermos, fomos para uma lanchonete popular das redondezas, que lhe era habitual.

A história de Jenny, em suas próprias palavras:

“Vim de Hotim, perto de Britchom¹. Lá também nasceu minha mãe e minha avó. Viemos para o Brasil, eu tinha poucos anos e queria muito estudar. Na Romênia não podia porque éramos judeus. Tinha um professor lá, um tal de Kula, que era muito anti-semita. Meu pai era um escritor, minha mãe, parece, estudou medicina, mas não sei se se formou. Eu era muito criança quando ela morreu e minha irmã era menor ainda.

Eu queria estudar, mas no Brasil fui trabalhar numa fábrica e depois num escritório. Pouco sei de S. Paulo naquele tempo. Tinha só uma amiga, conhecia também o marido dela, eram de uma cidadezinha da Europa. Vivíamos um pouco isolados. Meu pai trabalhou num jornal por pouco tempo, era um jornal em ídiche. Só que havia mais jornalistas que leitores naquele tempo!

Então foi trabalhar como “peddlar”. Como é que se diz em português?... era, era, ambulante, vendedor. Mas considerava esta uma profissão inferior para ele. Trabalhou um ano, nunca tinha trabalhado nisso antes, acho que nunca tinha trabalhado até chegar aos quarenta anos. Minha mãe era professora mas morreu cedo. Ela era de uma família rica mas viemos para cá porque todos vinham.

Assisti progrom, quando pequena, na Europa.

Era só meu pai, eu e minha irmã pequena. Ela era muito pequena. Eu trabalhava mas queria muito estudar. Então conheci um rapaz, um estudante de medicina, parece que o nome dele era Armando, não sei nem o sobrenome. E ele me disse: venha hoje a tarde na Faculdade de Medicina que eu vou te ajudar para você poder estudar. Eu fui. Fiquei esperando e ele não aparecia. Fiquei esperando e vi que tinha uma reunião no salão. Entrei para ver se ele estava lá. De repente fecharam a porta e prenderam todos. Eu fui presa. Inteiramente ao acaso. Não tinha nada para ser presa. Só queria estudar. Quis explicar mas não adiantava. Aí me jogaram num porão, cheio de água no chão e lá tinha cinco prostitutas. Fiquei dias presa neste lugar. Não adiantava dizer que não tinha culpa. Aí me levaram para outra prisão

1 Região da Romênia.

com assassinos. Fiquei presa todo o tempo. Muito tempo. Lembro que uma vez veio um jornalista me procurar e disse que a imprensa fazia muito ruído a meu favor. Mas houve também muita exploração. Talvez se não tivessem falado tanto... Mas eu fui vítima. Uma vítima por acaso.”

Jenny parou de falar. Por um longo tempo ficou quieta, imóvel, parou de comer seu sanduíche que antes mastigava, sem interesse. Desceu para dentro dela mesma. Seus óculos começaram a ficar embaçados como por suor. Mas ela não suava. E, de repente, recomeçou.

“Depois me expulsaram do Brasil. Me botaram num navio e me expulsaram. Fui deportada para a Alemanha. Na época da prisão teve um deputado, um tal... que quando disseram para ele que eu deveria ser solta por ser menor de idade, ele respondeu que não importava, pois eu tinha três amantes! Imagine, quando eu nem tinha namorado!”

Depois de um momento, eu disse ter pensado que ela casara com um jornalista, que me tinham contado isso.

“Eu não casei, não sei nada sobre nenhum jornalista. Só aquele que me visitou na prisão uma única vez. Mas se ele casou ele deve ter anulado o casamento. Há pessoas boas que quiseram me ajudar. Fui embora. Me mandaram embora. Eu era uma menina. Fiquei sem meu pai e minha irmã! *Isto eu devo ao Getúlio!*

A mim aconteceu tudo isto numa época em que começava no Brasil um grande movimento fascista. Havia aqueles homens com camisa preta, gravata, não me lembro bem a cor. Andavam em marcha e eram anti-semitas. Acho que fui uma das primeiras vítimas deste fascismo.

Quanto à minha irmã eu a vi poucas vezes na minha vida. Só umas 5 ou 6 vezes. Nada mais. Ela pouco se interessava. Não nos vemos. Sempre manda gente do Brasil que querem coisas, fazem encomendas. Me dão muito trabalho. Não sei porque ela te deu meu endereço. Não gosto que dêem meu endereço. Meu telefone não está no catálogo. O passado acabou. Não quero falar ou que escrevam sobre mim.

Você sabe, aqui se alguém fala dos outros ou escreve sobre os outros, pode até dar um processo. Não quero que você fale sobre mim no seu livro. Não sei porque aquela outra pessoa se disse minha amiga, ela não é minha amiga, por que ela falou de mim? O passado acabou e eu tenho que viver.”

Neste momento eu me coloquei mais claramente, dizendo que achava fundamental que as pessoas de agora e do futuro soubessem que houve mulheres como ela, como sua amiga, uma militante política. Que não achava justo que a história ignorasse que afinal existiu um grupo de judeus no Brasil que tinha feito muitas coisas, importantes ou não, que tinha lutado, construído, enfim que existiu. Pois a história quase nada registra. Não importava dizer se era bom ou mau, mas contar o que existiu e como foi a vida dos imigrantes judeus.

Contei-lhe que mesmo que ela não quisesse, o caso dela já fazia parte de um livro de Edgar Carone (Carone, 1979, p. 460).

Ficou revoltada, espantada. Tornou a pensar. Mas desta vez, num tom diferente, profundo, baixo, infinitamente triste.

“Depois eu soube o pior. Me expulsaram e três meses depois prenderam o meu pai. Ele também foi deportado e foi para um campo de concentração. Lá... *ele morreu*. O pior é que eu tenho que viver com isso. Por minha causa, por me procurarem eles o prenderam, ele morreu no campo de concentração. Ele poderia estar vivo até hoje, teria uns 90 anos.

As pessoas falam sempre sobre as recordações daqueles que viveram no campo de concentração, mas nunca falam dos que ficaram de fora, sobreviveram.”

Ficamos as duas em silêncio.

Ela retomou a fala, refletindo como para si mesma.

“Meus amigos analistas me ajudaram muito. Analisamos muito isto. Eu sou psicóloga, mas sei que tenho que viver com isto, com a culpa pela morte de meu pai”.

Novo silêncio.

Retomei o fio da conversa falando de sua irmã que nos pusera em contato: “Sabe Dona Jenny, sua irmã fala da senhora com muito carinho”. Ela me encarou num esforço enorme para não gritar e disse:

“*Eu sei, ela é a minha vida, ela é a minha vida*. Tenho vontade de chorar. Devo isto também ao Getúlio. *Ter-me separado dela*.

Eu sempre escrevo para ela. Pelo menos duas vezes por semana. As pessoas sempre têm alguma solidão. Eu escrevo. Sei que nem sempre ela lê minhas cartas. Mas isto não é problema meu. Eu escrevo (e sorrindo) e se ela não lê o problema não é meu.

Como eu sobrevivi? Foi por causa do capitão do navio.

Quando chegou na França, não sei se no Havre ou Marselha, o capitão chegou para mim e me deu uma carta. Tinha o endereço de um casal. Ele me disse, desça aqui e procura este endereço. São velhos franceses que vão te ajudar. Eu fui para esta casa. Lá trabalhei como faxineira, 14 horas por dia por quase nada, mas eles eram muito bons velhos e não eram ricos. Depois fui para Paris. Queria estudar. Aí começou o nazismo na França e consegui partir.

Aqui estou, é uma boa terra. Faço algumas restrições mas, como diz minha filha, aqui é a terra dela. Eu não tenho para onde ir, aqui eu vivo. Gosto de pintura, de arte. Pinto um pouco, faço um pouco de escultura. Aprendi com minha filha mas este é meu prazer pessoal porque eu trabalho muito. Sou psicóloga num hospital. Não fiz muito, talvez pudesse ter feito mais, mas creio que ajudei um pouco os outros. O povo tem um ditado. Eles dizem: Se não sou eu por mim, quem será? Mas acrescento: o que eu signifique se não faço algo para os outros?

Vou te dizer uma coisa, eu não tinha nada a ver com a política. Você acredite se quiser. Meu pai foi deportado. Velvel Gutnik, que está em Paris também foi deportado. Ele está velhinho. Lá casou de novo, tiveram um filho. Quando ele foi deportado para um campo de concentração o filho ficou com a vizinha católica francesa que o criou. Depois eles voltaram. Este filho se tornou um engenheiro muito importante. Depois teve um desastre de carro e morreu.

Teve um outro que foi deportado com eles, se chamava Valdemar. Este entrou para lutar na Brigada Internacional e logo morreu.

Eu escrevi um livro. Não vou te dizer o nome. Trata-se de um tema de família e não quero que você o cite. Tem um pouco do que estou te contando. Mas vamos embora pois eu tenho que trabalhar.”

Saímos para a rua chuvosa e cheia de gente. Jenny continuou a falar, agora sobre os brasileiros que vem a esta cidade. Quando chegamos à esquina, ao nos despedirmos, ela me encarou e disse: “Se você quiser acreditar em mim acredite. Eu fui a primeira vítima do fascismo!”

Muitos esforços foram feitos para salvar Jenny mantendo-a no território brasileiro, seja por sua família ou por jovens, jornalistas e vários tipos de políticos. A imprensa publica cartas de apelo de jovens no dia 10 de outubro de 35, véspera de seu embarque forçado. Mas no dia seguinte, 11 de outubro, ela foi enviada clandestinamente de S. Paulo para o Rio de Janeiro. No dia 12 soube-se que ela fora colocada a bordo do AURIGNY.

Como que tentando as últimas cartadas para retê-la no território brasileiro, a imprensa vai noticiando diariamente sua passagem pelos portos brasileiros, quando ainda haveria tempo de deter sua deportação. Estas foram as manchetes de A NOITE acompanhando sua última trajetória pela costa brasileira:

- 14 de outubro – JENNY GLEIZER PASSOU PELO RIO.
14 de outubro – O CASAMENTO DE JENNY GLEIZER EM ALTO MAR, POR PROCURAÇÃO, COM O JORNALISTA ARTHUR PICCININI.
18 de outubro – A EXPULSÃO DE JENNY GLEIZER, DE PASSAGEM PELA BAHIA.
23 de outubro, a notícia derradeira – NINGUÉM PÔDE FALAR COM JENNY GLEIZER QUANDO O AURIGNY PASSOU PELO RECIFE.

Despedimo-nos. Era 23 de agosto de 1982, portanto quarenta e sete anos depois que tudo acontecera. O pai de Jenny foi preso três meses depois, julgado e condenado. Sua pena, a deportação. Morreu num campo de concentração nazista. Foi companheiro de viagem de Velvel Gutnik.

Velvel e Rifka Gutnik

Velvel Gutnik foi deportado juntamente com Motel Gleizer. Sua história foi relatada por sua esposa, Rifka Gutnik, hoje vivendo em S. Paulo, no Lar dos Velhos, mantido pela Sociedade Israelita. Rifka nasceu em Britchon, em 29 de dezembro de 1905, freqüentou até o segundo ano do ginásio, é uma mulher culta, lê, além do português, o russo, o ídiche e o alemão. Faz audições de música clássica e folclórica com seus discos para os demais moradores do Lar. Lê jornais diariamente e acompanha não só a vida política brasileira como a internacional.

“Eu completei cinquenta e um anos de Brasil, no dia 8 de novembro. Cheguei em 1929 no Rio de Janeiro, onde meu namorado já tinha contatos. Eu fiquei muito bem ambientada porque justamente meu esposo já ia fazer três anos que estava aqui e era um rapaz que tinha muitas ligações, era muito querido. Inclusive quando eu cheguei – eu desembarquei numa sexta-feira – no sábado já teve uma recepção de não sei quantas pessoas.

Até escrevi para meus pais que as pessoas que assistiram minha recepção, acho que tinha mais gente que na nossa cidade inteira! De maneira que eu fiquei logo muito bem ambientada.

A minha vida em Britchon era dura, bem dura. A minha, como a de muitos outros, Britchon era uma cidadezinha, não muito pequena. Até que tinha uma intelectualidade bem interessante, tinha também uma biblioteca bem interessante que vez ou outra a polícia batia lá... Ah, sim, quantas vezes! Quantas vezes vieram crianças

com livros embaixo da blusinha correndo para eu esconder os livros, porque não queriam perder para a polícia, porque já estavam com aviso que a polícia ia bater. Nós tínhamos um lugar de guardar lenha, porque lá se aquecia e se cozinhava com lenha, então nós atirávamos um monte de lenha por cima, para ninguém desconfiar. Em Britchon havia também ginásio – única vantagem que nós tínhamos – tinha uma ordem do governo, que quem não podia frequentar, podia tirar o currículo, estudar por fora e se matricular para prestar exame.

Isso era uma grande vantagem para um grupo como o nosso, que éramos pobres e não podíamos pagar o ginásio. Mas também a Dra. Pinkus era tão canalha! Judia-va da gente nos exames, porque se ela tinha alunos que pagavam o ano inteiro e não sabiam nada, ela deixava passar fácil. Ela era pior que os próprios romenos! Ela que me perdoe, já deve estar longe... Mas era vendida por dinheiro.

Aos onze anos eu já dava aulas para crianças, preparava para escola, ajudava os atrasados para poder ganhar e comprar um caderno para mim e para os meus irmãos. Para comprar livros não dava, livro eu emprestava dos colegas. Eu dormia na casa de uma, de outra, ou ela dormia comigo para eu ajudar ela no que não sabia; assim eu podia aproveitar o livro. As que queriam me dar um presente de aniversário me compravam um livro didático. Mas para poder comprar um caderno, um lápis, para ter um, com 11 anos, eu já tinha que dar umas aulinhas por fora.

Nós éramos quatro irmãos, eu era a mais velha, precisava cuidar de todos; a mãe doente, papai negociava com cereais. Ele negociava com uma firma da Áustria, que importava muitos artigos: aniz, “mun” (semente de papoula), semente de abóbora que serve para vermífugo, e, principalmente, muito feijão, feijão branco. Meu pai organizou uns locais onde ficavam uns moços o dia inteiro escolhendo feijão como se escolhe feijão para a panela. E dava para viver; ele tinha lá sua comissãozinha, despachava um transporte de mercadoria, vinha o dinheiro para pagar, vinham outras encomendas e ele tinha lá sua comissão que dava para viver. Despacharam um transporte bem grande de mercadoria, arreventou a guerra e até hoje não se sabe onde foi parar. Tudo o que papai tinha se foi, e ele ainda ficou com dívida na praça, porque os negociantes, não conheciam firma da Áustria, conheciam papai. Então acabou, não tinha mais que negociar, não tinha em que trabalhar e nós éramos quatro; eu não tinha feito nem nove anos e tinha mais três atrás de mim... E uma avó e avó doentes; mamãe doente. Assim era a situação. Papai tinha uma voz muito mais linda que dava para “Hazen” (cantor litúrgico). E ele cantava assim na sinagoga por esporte. Ganhava às vezes um presente, um vinho de “pessach” (páscoa). Mas quando a situação ficou difícil os outros começaram a compreender, eles resolveram: “vamos chamar e vamos oferecer um ordonadozinho porque ele ficou sem nada”. E foi assim que ele foi ficando “Hazen”, e ficou assim o resto da vida.

Só eu vim para cá. Os dois irmãos pereceram. Mamãe caiu no meio do caminho para o campo de concentração, não deixaram nem parar para enterrar, mamãe não tem sepultura! E papai faleceu bem na véspera. Sabe o que quer dizer? Bem na véspera dos nazistas entrarem na Bessarábia... A irmã mais nova foi para o campo de concentração com três filhos pequenos. O marido já tinha sido mobilizado para a guerra. Ele sobreviveu e ela também, com um filho. E de um irmão ficou uma menina de sete anos, que esta minha irmã acabou de criar. Ela faleceu há pouco tempo, quando eu já estava aqui, com uns 43 anos. Tenho aqui inclusive a fotografia da sepultura.

De Britchon, eu fui para Czernovitz, porque Britchon era uma cidade pequena e não tinha indústria. Eu dava aulas e aquilo não dava porque... Bom, tem uma parte que eu esqueci também de mencionar, que numa certa época – não sei se já ouviu falar em Cuza, ele era mais ou menos o Hitler romeno. Quando Cuza assumiu o poder de primeiro ministro, cassaram todos os professores ídiches das escolas. Então fiquei sem trabalho, somente com aulas particulares, que não davam para nada, porque quem já não podia pagar escola também não podia pagar professor particular.

Muitos me deviam três meses ou quatro; quando pagava um já era muito. Isso foi no meio do ano. Aí passei o verão inteirinho praticamente sem trabalho e me sustentava fazendo crochê para fora. Depois eu vi que aquilo não dava e fui para Czernovitz que era uma cidade industrial e fui trabalhar em fábrica. Me defendendo! Era uma fábrica de meias, de tecidos.

Aprendi a lidar com as máquinas num instante.

Trabalhava uma semana de dia outra de noite. E se a moça da noite por qualquer motivo não vinha, tinha que ficar de noite e o outro dia inteiro. Então ficava-se um dia, à noite, e outro dia inteiro na máquina, sem hora de almoço, comia-se correndo por causa da máquina, escolhia-se alguém para descer e fazer compra para a turma, um pedaço de pão com “zover iguerques” (pepinos azedos) ou com manteiga, quando muito. E chegava, botava a comida num cantinho da máquina, eu atendia a espuladeira, mais ou menos o tamanho desta parede, 30 espulas; corre para lá e para cá, aqui arrebentava, ali precisava trocar e tal. Quando chegava outra vez neste canto mordida-se um outro pedaço de pão. E às vezes, quando eu saía depois de trabalhar um dia, uma noite e um dia, eu ia diretamente assistir um concerto, ou uma conferência, qualquer coisa, não ia nem para casa.

Lá tinha uma vida cultural, tinha o Moenerof que era dos socialistas, um prédio enorme, tinha muita atividade! Isso era mais ou menos em 26 ou 27 por aí.

O trabalho noturno pagavam 30% a mais. Trabalhava-se por peça, e não por hora; o fabricante era ídiche, de Sarock. Quando chegou “Pessach” (páscoa), calhou de ser “Pessach” ídiche e o “Pessach” cristão junto, aí fecharam a fábrica, deram

fo ga, mas não era pago. Folga, porque os patrões voltaram para passar o “Pessach” na cidade deles.

Bem, então eu também resolvi voltar. Fiquei oito ou dez dias sem trabalhar, só gastando e comendo pão com “zover iguerques”! É preferível, com este dinheiro, voltar para casa e passar os feriados com meus pais, pelo menos era o “iom teivem” (feriados religiosos). E quando voltei, quando voltamos, que tínhamos que abrir a fábrica de tarde, chego lá, tinha um aviso deste tamanho, que tiraram o aumento de 30% da noite. Tinha-se que trabalhar de dia e de noite pelo mesmo preço, e ainda por cima éramos todas moças, porque na espuladeira geralmente trabalhavam as moças... As moças todas nem tinham reparado. Aí eu chamei uma, outra, e disse: “escute, você já viu isso?” “Ah, meu Deus, nós vamos trabalhar assim? Pelo menos quem trabalha de noite tem que comer também! E depois trabalho noturno cansa mais! Vamos trabalhar pelo mesmo preço? Enfim, arrumamos a rodinha e resolvemos parar. Agora, a espuladeira parando, pára a fábrica. As outras nem precisam entrar em greve, bastava a gente entrar em greve porque era a base de toda a fábrica, né? Aí nós voltamos e dissemos: “ninguém trabalha”. Um dia, dois, três, não, uns dois dias. Aí eles mandaram nos chamar e devolveram o aumento, mas queriam saber quem é que organizou a greve. E tinha uma desgrçada de Bricheva, uma lá que também chamava Rive como eu, e ela confessou que tinha sido eu. Então me chamaram e me deram quinze dias porque a lei exigia isso, quinze dias para ter tempo de procurar serviço. Todos voltaram a trabalhar e eu... Saí e procurei serviço. Mas quando eles davam um documento, ninguém sabia qual era o sinal, mas se alguém tinha sido suspenso por qualquer motivo, de algum lugar, ninguém mais aceitava. Bastava apresentar o documento... Porque sempre onde se ia apresentar para trabalhar, eles perguntavam: “você trabalhou onde?”, “tem carta de recomendação?” Ninguém sabia descobrir qual era o sinal que eles tinham, mas depois ninguém aceitava. Então o que fazer? Ir em outra fábrica e dizer: “estou chegando agora, estou começando, sou aprendiz”. Entrei como aprendiz em outra fábrica, mas preferi o mesmo trabalho. Lá se ganhava mais, se trabalhava por hora, também era uma semana de dia e uma de noite, mas se ganhava melhor. Depois disso fiquei doente, voltei para Britchon e nesse ínterim, vai-e-vem, o meu namorado já estava aqui no Brasil fazia três anos e com muito custo conseguiu me mandar buscar.

Lá eu tinha um pouco de atuação política, porque ninguém vive sem ter alguma atuação, a não ser quem vive só para comer e dormir, não é? Eu dava aulas para um grupinho de crianças que não podiam estudar; geralmente já desde crianças iam aprender costura – tem uma filha de um desses daqui [refere-se a outro residente do Lar dos Velhos], que inclusive outro dia me trouxe flores pelo aniversário – eu dava aulas para eles, introduzia eles um pouquinho na literatura para che-

garem a conhecer um escritor. Quando chegamos ao Brasil, era época de muita imigração e havia muitos imigrantes. Todo mundo saía da Romênia, da Polônia, pois havia muita crise, muito anti-semitismo. Principalmente a juventude tratou de se evadir por causa da perseguição, da pobreza, da miséria.

A situação aqui, naturalmente, era muito apertada. Tinha muitos operários ainda. Hoje dificilmente existe um ídiche operário – mas naquele tempo, principalmente no Rio de Janeiro, havia muitos alfaiates, passadores, operários em fábricas de bolsas e bonés. Inclusive até condutores de bonde... condutores não sei, mas cobradores de bondes tinha muitos. E a situação era dura mesmo. Muitos deixaram famílias em casa porque precisavam se sustentar; outros precisavam juntar dinheiro para mandar buscar as famílias. Então naturalmente tinha que se criar um ambiente para facilitar um pouco a vida para essa gente, não é?

No Rio, naquela época, tinha muitas organizações: tinha um clube que chamava-se “Harbeter Center”, tinha a Biblioteca Scholem Aleichem – inclusive o nosso grande poeta Elias Steimberg dava aulas na Escola “Scholem Aleichem” – uma riquíssima biblioteca muito interessante, que dava um pouco de lazer, de cultura, possibilidade de entrosamento. Essa biblioteca sempre fazia bons empreendimentos culturais, inclusive tínhamos um grupo dramático que fazia espetáculos, dávamos bailes, apresentações teatrais, tudo para angariar dinheiro, justamente para poder dar alguma melhora para toda essa gente. Formávamos um jornal e nós mesmos organizávamos e sustentávamos materialmente... e com temas que espelhavam a situação da colônia naquela época.

Resolveram também fazer o “Harbeterkich” – um restaurante popular que não visava lucros, pelo contrário, fazíamos empreendimentos para cobrir despesas para esse pessoal comer pelo menos uma vez por dia uma comida decente, porque a maioria vivia com pão e banana. Era um restaurante para trabalhadores: pessoas que trabalhavam em fábricas de bolsas, em costura, pessoas que geralmente acabavam de chegar, deixando famílias que precisavam trazer... E aí a gente fazia empreendimentos, com a ajuda de sócios: bailes, noites culturais, teatros, rifas, todo o possível para poder cobrir as despesas e facilitar um pouco para este povo.

Em 35, quando estourou aquele levante na Praia Vermelha, tinha um traidor ídiche, um tal Tzirmerman, que trabalhava na polícia e se infiltrou no meio da juventude progressista e foi lá sondar. Naturalmente o elemento operário, geralmente que veio da Europa, vem com idéias progressistas. Uns eram sindicalistas, outros participavam de grupos mais adiantados.

No dia que estourou aquela bomba lá na Praia Vermelha, o Tzirmerman – não sei se ele quis mostrar que também prestava serviço para o país, ou porque ele fez – mas pegou, chamou e trouxe a polícia ali naquele restaurante dizendo que havia um ninho de comunistas. Todos que estavam lá na hora foram presos. O meu es-

poso, inclusive, estava lá fora, porque tinha uma irmã solteira que queríamos mandar buscar para o Brasil. Tínhamos mandado “chamadas”, compramos passagem, inclusive à prestação e mandamos para ela. Quando ela já estava em Bucareste, chegou para o visto no Consulado do Brasil, negara o visto porque tinha saído uma nova lei que obrigava a apresentar três contos de réis como garantia de que ela teria com que se sustentar. Três contos de réis, aquele era dinheiro que a gente não possuía. Ela teve que voltar de Bucareste e escrever uma carta para mandarmos três contos de réis para ela poder conseguir o visto. Nós não possuíamos o dinheiro. Então, tinha um que dava dinheiro a juros, justamente um conhecido da gente, que na época tinha sido nosso vizinho, mas depois não sabíamos onde foi morar, aí meu esposo disse: “olha, eu vou pedir três contos emprestados para o Samuel, mandar o cheque para ela e quando ela vier eu devolvo os três contos para ele e pago o juro do tempo de uso.

Mas onde está o Samuel?

Aí falaram que ele costumava jantar no restaurante e então foi lá procurar, mas não estava, não tinha chegado. Ficou esperando.

No outro dia quando saiu na hora do almoço, ele falou assim: “eu vou me demorar, porque do serviço eu vou diretamente procurar o tal do Samuel”. Nisso o sujeito trouxe a polícia lá, disse que aquilo era um ninho de comunistas e levaram todo mundo...

Acabou a vida... Eu estava com uma criança de um ano e dois meses no colo. Naquele dia levaram 30 ou 40 pessoas, todo mundo que estava lá jantando, gente que só ia lá, coitados, para comer uma vez por dia um prato de comida quente, foram todos para a cadeia.

Custei a descobrir o paradeiro do meu marido, porque onde eu ia procurar ninguém queria dar... Até que fiz um tamanho escândalo que apresentaram ele na polícia. Depois foi transferido junto com uma porção de gente, não sei quantas pessoas que estavam numa sala lá, dormindo um por cima do outro. E levou meses assim, até que começaram a exportar. Exportaram uma turma, parece que de sete de uma vez e depois tinha mais uma turma para ser exportada. E a polícia, cá entre nós, engoliu o dinheiro das passagens, chamou eles de noite e disse: “olha, nós vamos soltar vocês, mas com a condição que vocês sumam daqui.” Mas sem documentação, sem nada. Alguns preferiram sair, outras não queriam e disseram: “olhe, ou você solta a gente com documentação legal, ou então, que garantia eu tenho se saio daqui até o portão e depois atiram atrás de mim dizendo que eu fugi?” Aí levaram aqueles que não queriam aceitar até a fronteira de Goiânia e soltaram no meio do mato. Os que aceitaram, soltaram pela porta dos fundos e eles se salvaram de certo... Desses, eu acho que não vivem mais ninguém. Tinha dois ou três aqui no Brasil, em São Paulo, mas os três já não vivem mais. Os outros se

perderam pelos caminhos, um ou dois chegaram a voltar. E um voltou, estava com febre amarela e faleceu logo e o outro ainda viveu um pouco aqui. Um era de Niterói e tinha família, que mandaram buscar e quando chegaram ele já estava preso. Agora, se tinha algum dentre todos esses que de fato teria sido alguma coisa, eu não sei, mas a maioria era gente que vinha jantar. Este Tzirmerman, eu acho que queria aparecer, mostrar também que prestava serviço para a polícia e como não sabia de outra coisa, falou do restaurante. E foi assim que se destruíram vidas. Todos que estavam no restaurante eram judeus, só havia judeus. Nós trabalhamos fazendo todo tipo de empreendimentos, cada um ia ajudar, ia um dia ou dois por semana para economizar em funcionários e tudo para possibilitar uma refeição mais em conta para aqueles que não podiam. Isso era uma prática que geralmente na Europa existia em toda parte. Em Czernovitz que era uma cidade grande onde eu trabalhei um tempo, lá os social-democratas, os “poaleissionistas” tinham um restaurante assim. Em toda parte se praticava isso.

Então é isso. A polícia fechou o clube e também a escola ídiche que tínhamos. Eu inclusive lecionava o ídiche, pois eram todos imigrantes, nem os pais sabiam falar português com os filhos. Na escola tinha um professor de português e um que ensinava em ídiche. O meu marido era tesoureiro da escola e para mim nunca chegava dinheiro para pagar minhas aulas. Sempre na hora de pagar o aluguel, comprar material para a escola e pagar os outros professores, ele gastava do bolso dele, porque nunca chegava o dinheiro e eu nunca recebi.

A polícia fechou o clube e a escola. Como a escola funcionava dentro do clube, forçosamente ficou fechada. Acabaram com tudo. A única coisa que se salvou foi a biblioteca que também tinha sido fechada durante um certo tempo e depois conseguiram reabrir. Funciona até hoje. Naquele tempo era todo o serviço cultural que existia... E só chegou a se salvar depois de um certo tempo.

E escola se chamava “Escola Peretz”. Geralmente se costumava chamá-la de “Harbeter Schule”, ou “Escola Operária”. Porque o centro já se chamava “Harbeter Center” e como a escola funcionava lá dentro, chamava-se “Harbeter Schule”. Era para crianças recém-chegadas da Europa, porque era época de muita imigração, tinha muita criança, pais pobres que não podiam pagar. Nós inclusive oferecíamos material escolar, tínhamos que pagar professor de português. Fui contratada a título de professora paga, mas nunca vi um tostão, nunca o dinheiro chegou para mim.

Depois de correr dias e dias para descobrir onde estava o meu marido, depois de semanas, transferiram todos daquela prisão para a Casa de Detenção. Então eles me deixaram visitar, mas só cheguei a encontrar com ele na prisão uma vez, porque fiz tamanho escândalo, eu disse: “como é que prendem gente e ninguém é responsável?” Ninguém sabia, ninguém dava conta... Aí, de tanto escândalo me

apresentaram ele na prisão. Algumas semanas depois, na Casa de Detenção, saiu uma ordem que se podia trazer comida. Visitas não permitiam, mas podia mandar comida. Aí todo mundo que tinha alguém lá, se é que os que estavam lá tinham alguém fora, foi levar coisas, mandar comida para dentro. Chegamos lá e disseram que não, que hoje não podia, hoje só podia mandar roupa. Aí voltava-se com a comida: “na segunda-feira vai poder trazer roupa”. Nisso, mandou a roupa suja dele enrolada num jornal, e no meio do jornal na beirada estava escrito: “arranja o doutor e traz a Clarinha”.

Ele estava com saudades da filha, não é?

Para conseguir a visita precisava de um advogado.

Eu estava sem nenhum vintém, porque no dia em que ele foi preso, a menina estava com diarreia e procurei vender jornal velho para comprar alguma coisa levezinha para a menina. Enfim, vendi a mesa, cama tudo o que podia para arranjar 300 cruzeiros para pagar um advogado e conseguir uma visita. Chegando lá, o advogado entrou e me mandou esperar na porta. Um dia ensolarado e o portão fechado. A gente na porta e o guarda por dentro das grades. Sei dizer que ele marcou comigo para estar lá por volta das oito ou nove horas. Esperei até uma hora da tarde até que consegui chamá-lo numa sala separada para visita. Enquanto isso, a menina já tinha pegado insolação e no dia seguinte “embarcou”.

Morreu.

Acho que oito meses depois mandaram uma turma de uns sete, e ele foi. Mandaram eles num navio de brasileiros mas daqui avisaram para a Europa, para a França, para os outros países, que iam presos políticos, que naturalmente não tinha nada que ver.

Então quando chegaram na França, em Havre, o pessoal lá arranjou um jeito de tirar eles. Então, os operários do cais fizeram greve e assaltaram o navio exigindo os presos do Brasil. Aí o pessoal do navio pegou eles, fechou num portão e fecharam as janelas para não serem vistos por ninguém. Quando chegou a hora do almoço, os operários do cais se retiraram. Nesse ínterim, eles, do navio, aproveitaram, entraram e transferiram todos eles para a polícia da França. Quando o pessoal voltou do almoço, começaram a exigir os presos. O capitão disse que não tinha mais nada com eles porque eles já tinham sido transferidos para a polícia. Aí fizeram a greve, tudo quanto é pessoal do cais e tudo quanto é de... Não havia mais condução, nem ônibus, nem bonde, nem taxi no Havre. Todos fizeram greve: todo mundo assaltou a polícia exigindo os presos; então soltaram eles com a condição que se retirassem antes que o navio saísse do cais. Aí os operários arranjaram uma comissão para acompanhar eles até Paris. E eles ficaram em Paris. Desses, depois, dois irmãos foram lutar na Espanha e pereceram lá. O meu marido ficou em Paris. Ele se chama Valdemar Gutnik, Velvel em ídiche. Depois que o nazismo chegou,

foi para um campo de concentração, fugiu, foi capturado de novo, enfim, ainda ficou por lá, ainda está lá. Quando ele se acomodou em Paris, era natural que eu fosse atrás. Fui então pedir um passaporte no consulado romeno e me negaram o passaporte porque o meu marido não tinha ido direto para a Romênia. Ele não foi porque não tinha feito o serviço militar e era justamente por isso que se fugia de lá. Porque o serviço militar, ainda mais judeu, naquele tempo, era a liquidação da pessoa, praticamente. Toda a juventude quanto podia se retirava... Então, como ele não foi para a Romênia me negaram o passaporte.

Nessa época eu tinha um amigo advogado – inclusive a rua onde funcionava o consulado usava o nome do avô deste advogado – era dos graúdos. Não me lembro mais seu nome.

Um dia ele encontra comigo e diz: “Como é? Venha comigo, eu quero falar com este teu consulado...” Tinha um tal de Popescu que era fascista, um nazista desgraçado, o secretário, nunca ninguém chegou perto do cônsul. Ele é que atendia tudo. Aí eu fui lá com o advogado e ele disse: “escute aqui, o senhor deu o passaporte para o marido dela. Ela está casada com o marido dela. Se o senhor reconheceu a cidadania do marido, forçosamente tem que reconhecer a dela também, o senhor se nega a reconhecer as nossas leis de casamento, porque eles se casaram no Brasil”. Ele respondeu: “Sei que você vem me falar bonito. Prestes também é casado, é brasileiro e não expulsaram a mulher dele? E você vem me falar em leis? O que mais se podia responder?”

A história do navio foi em junho de 36. Eles foram presos em 35, em novembro, e deportados em 36. Uma turma daqui de São Paulo foi antes dele, não sei em que navio e ficaram na Espanha. Foi antes da Guerra Civil da Espanha, no tempo da Frente Popular. Dentre esses que foram deportados, um tinha um irmão e uma irmã que estavam aqui e eram inclusive parentes do meu marido. Não sei quantos foram, uns três ou quatro que soltaram na Espanha no tempo da Frente Popular. Eram uns sete ídiches.

Depois que a polícia fechou a escola e o centro, eu fui procurar um serviço qualquer, me defendi de qualquer jeito, mas era difícil e com “clientela”, essas coisas, eu não me dava bem, não é do meu caráter. Inclusive para meu marido também não ia muito, mas como ele não tinha profissão nenhuma, teve que se sujeitar a isso.

No Rio trabalhei pouco tempo, depois que perdi a filha. Daí ele foi deportado e fiquei muito ruim. Meu médico achou que eu precisava me retirar do Rio porque não havia ambiente, não dava mais; aí eu vim para São Paulo. Foi quando eu vim para cá em busca de serviço e também para abandonar aquele ambiente onde passei tanta tristeza...

Cheguei aqui em 7 de maio de 1940 e aqui também encontrei um ambiente muito

agradável... Cheguei aqui e fui direto para casa de uns amigos que tinham ido morar no Rio, onde trabalhamos e nos dávamos muito bem.

São Paulo era uma cidade pacata, com fábricas e oficinazinhas, muitas oficinas pequenas que necessitavam operários... Naturalmente que não existiam esses prédios... A Avenida Paulista era o lugar mais chique da cidade, o Jardim da Luz era bonito, à disposição do... era aberto, todo mundo levava crianças para passear, brincar... Também tinha muitos...”

Conclusão

No conjunto da imigração e integração dos judeus à sociedade brasileira, foram muito variadas as formas em que ambas as partes se ajustaram. No âmbito de nossa pesquisa mais ampla analisamos como a cada década, as várias correntes iam mais ou menos facilmente se enraizando no Brasil e se rearticulando na base de afinidades religiosas, políticas ou constituindo uma nova comunidade no contexto da vida brasileira. Entretanto, em quase todas as histórias de vida pairam sombras, indicações de temores, ou explícitos casos relatados de discriminação e, por vezes, de forte anti-semitismo. O ápice desta manifestação concretiza-se nos casos de deportação sob o pretexto – verdadeiro ou não – de atividades comunistas. O encaminhamento era arbitrário, podendo ser a deportação ou a prisão no Brasil. Esta era sempre a preferida, pois a deportação significava a morte. No caso do judeu-comunista Harry Berger por exemplo, ele fica na prisão até 1945, data de anistia geral. Quando libertado está irremediavelmente louco em consequência das torturas. Sua mulher fora deportada em 36 e morreu em 39 no campo de concentração de Ravensbruck (Joffily, 1987).

Certamente foram muitas as perseguições, assim como as deportações de judeus ou de pessoas de outras origens, inclusive brasileiros natos. O problema é que, no caso dos judeus, a ação dos getulistas associada aos integralistas conduzia à deportação para países dominados pelo nazismo, sentença que significava a morte.

Estes episódios não surgem na sociedade brasileira de modo excepcional. Ao contrário encontram raízes culturais muito profundas, habilmente recuperadas pelos anti-semitas da época. A literatura fascista dos anos 30 retrata o judeu como um agente internacional articulado a um complô destinado a destruir o Brasil. Autores como Gustavo Barros, Plínio Salgado e tantos outros, em nome do nacionalismo criaram um poderoso inimigo potencial na figura dos judeus para os quais preconizam a prisão, deportação e morte. Assim como na antiga fórmula da Inquisição o mesmo elemento judaico volta a ser visado.

A suposta aliança comunista e judaica internacional é recriada em nome do nacionalismo que protegeria a ordem sócio-econômica hierárquica vigente. Organização sindical, direitos civis, liberdade religiosa, pluralidade partidária eram ameaças que, para a camada dominante deveriam ser destruídas. Neste conjunto de contradições, a imigração judaica é vista com reserva por vários setores. O imaginário retinha a figura do judeu associado ao diabo, e lhe atribuía práticas sabáticas demoníacas. A ideologia inquisitorial perpetua-se pelos séculos através dos contos populares, do folclore, do saber popular que evidentemente não se limita às camadas mais pobres da população mas a perpassa como um todo.

Deste modo vivemos os anos imediatamente anteriores à II Guerra e ela própria convivendo com uma herança de séculos de implantação deste molde de preconceitos. A discriminação é retomada sob outras vestes nesta fase do capitalismo "aristocrático", do Brasil dos anos 30.

No período colonial, a Inquisição foi um instrumento usado pela Igreja Católica e pelo Estado na perseguição aos judeus, negros, mulatos, ciganos e mouros. Os judeus em particular foram submetidos à deportação da colônia para a metrópole e tiveram seus bens confiscados. A pena final, com frequência, era a morte.

Na etapa contemporânea, especialmente nos anos 30, no Brasil, o Estado restaura o antigo instrumento inquisitorial da prisão, tortura e deportação no caso dos comunistas e dos judeus acusados de serem filiados a esta ideologia. Os judeus sintetizam uma forma aguda de perseguição, pois tendo perdido sua cidadania (quando a tinham) em seus locais de origem, são enviados na condição de "judeus" para países dominados pelo nazi-fascismo. Esta "inquisição" revivida pela república de Getúlio Vargas significava uma sentença de morte.

BLAY, Eva Alterman. Inquisition, inquisitions: aspects of the jews' participation in the brazilian social political life in the 30's. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1(1): 105-130, 1.sem. 1989.

ABSTRACT: During the Vargas dictatorship, Brazil underwent a strong xenophobic, anticommunist process. The sectors in power sought to guarantee that process without making room for the middle and working classes' new revindications, which had been amplified and differentiated by industrialization and urbanization. Anti-Semitic values present in Brazilian imagery were accentuated by World War II and the assimilation of Getulio, Filinto Muller, Góis Monteiro and the Integralists' to the Nazis. The Inquisition and the Catholic Church's contributions to the formation of Brazilian mentality created conditions which allowed Jews living in Brazil to be deported to concentration camps. This investigation was based on life histories.

UNITERMS: Anti-Semitism – Brasil: deportations, life histories.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- CARNEIRO, Maria Luiz Tucci. *Preconceito racial no Brasil Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1887-1944)*. São Paulo, Difel, 1979 (especialmente p. 460 e segs.).
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*, 3ª ed. São Paulo, Difel, 1982.
- DINIZ, Eli. Oliveira Vianna hoje. O pensamento autoritário dos anos 30. *Ciência Hoje*. São Paulo, 5 (29): 58-66. mar. 1987.
- FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: ———, org. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo; Difel, 1977. Tomo III, O Brasil Republicano, v. 2, p. 403-426.
- JOFFILY, José. *Harry Berger*. Rio de Janeiro/Curitiba, Paz e Terra/Universidade Federal do Paraná, 1987.
- LIPINER, Elias. *Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- MONTEIRO, Gois. *A revolução de 30 e a finalidade política do exército*. Apud Tronca, 1976, p. 101, rodapé.
- NASSER, Roberto. *Getúlio Vargas – 1930-1954*. s/l, Ed. Col. Bandeirantes, s/d.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris, org. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo; Difel, 1977. Tomo III, O Brasil republicano, v. 2, p. 9-34.
- TRONCA, Ítalo. *Agentes da industrialização na República: a prática política dos militares (1930-1942)*. São Paulo, 1976. Tese (Doutorado). FFLCH, USP, Depto. de História.

Jornais

A NOITE, Rio de Janeiro, out./jun. 1935-36.

Outras Fontes

Os depoimentos aqui apresentados fazem parte da pesquisa OS JUDEUS NA MEMÓRIA DA CIDADE DE S. PAULO, coordenada pela autora e em realização junto ao Departamento de Sociologia, FFLCH-USP. Esta pesquisa contou, em suas várias fases, com o apoio financeiro da FAPESP, CNPq, FINEP.